

## **Epistemicídios de grupos minoritários no Brasil: um levantamento de pesquisas sobre o tema no período de 2017 a 2021<sup>1</sup>**

**Monica Martinez<sup>2</sup>**  
**João Paulo de Carvalho dos Reis e Cunha<sup>3</sup>**

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é fazer um levantamento não quantitativo de pesquisas sobre o tema do epistemicídio, entendido como um silenciamento de epistemologias diversas da imposta mundialmente por potências ocidentais a partir do século XVI. Adotamos Grosfoguel (2016) como referencial para discutir o tema e seus antecedentes históricos, e também a data dessa publicação como marco para o recorte temporal de nosso levantamento (2017-2021). Utilizamos como fonte o Portal de Periódicos da Capes, a partir do qual selecionamos 20 artigos que versam sobre epistemicídios contra negros, indígenas, mulheres e LGBTQIA+, além de ações para seu enfrentamento. Concluímos que os epistemicídios, nos dias de hoje, ainda são reflexo dos iniciados no século XVI.

**Palavras-chave:** Epistemicídio. Grupos minoritários. Pesquisas sobre epistemicídio. Portal de Periódicos da Capes. Grosfoguel.

.

### **1 Introdução**

Este trabalho tem como objetivo fazer um levantamento de pesquisas publicadas em revistas científicas brasileiras que abordam, de forma direta ou tangencial, o tema dos epistemicídios. Por epistemicídio entende-se, no contexto deste trabalho, uma visão crítica sobre o saber contemporâneo. A produção desta pesquisa teve como fato deflagrador a leitura, em abril de 2022, do artigo “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”, de Ramón Grosfoguel (2016). Este texto é integrante da bibliografia para a disciplina Temas Contemporâneos relativos a Processos e Produtos Midiáticos, do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Uniso.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho Mídias Contemporâneas e Práticas Socioculturais do XVI Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Cultura, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, Universidade de Sorocaba – Uniso – Sorocaba, SP, 26 setembro de 2022.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (Uniso), [monica.martinez@prof.uniso.br](mailto:monica.martinez@prof.uniso.br).

<sup>3</sup> Doutorando em Comunicação e Cultura (Uniso), [joaoprc@gmail.com](mailto:joaoprc@gmail.com).

Neste artigo, Grosfoguel (2016) discute os epistemicídios como uma forma de silenciamento ou apagamento (normalmente de forma opressiva e violenta) de formas de produção de conhecimento oriundas de povos e grupos sociais não ocidentalizados ou não hegemônicos. Adotando como referenciais teóricos principais Enrique Dussel (1977; 1979; 1992; 1995; 2008) para sua crítica à filosofia cartesiana, e Boaventura de Sousa Santos (2010) – que cunhou o termo “epistemicídio” – para a crítica às estruturas de conhecimento excludentes das epistemologias não hegemônicas, Grosfoguel (2016) explica que esses epistemicídios tiveram seu fundamento no conceito desenvolvido por Descartes de objetividade do conhecimento, que seria “verdadeiro além do tempo e do espaço, universal no sentido que não está condicionado a nenhuma particularidade e ‘objetivo’, sendo entendido da mesma forma que a ‘neutralidade’ e equivalente à visão do ‘olho de Deus’” (GROSFOGUEL, 2016, p. 28). Esse conhecimento seria produzido por um sujeito (um “Eu”, implícito na sua máxima “Penso, logo existo”) cuja mente e corpo corresponderiam a substâncias diferentes. Dessa forma, a mente estaria liberta para produzir conhecimento de forma isolada e independente, atingindo a certeza dessa produção através de um monólogo interior, sem relações dialógicas com outras pessoas e de forma não localizável no tempo e no espaço, por estar desvinculada da materialidade do corpo. O conhecimento atingiria, dessa forma, seu caráter universal.

Na esteira da expansão marítima europeia iniciada no século XV, em que os povos europeus conquistaram territórios em continentes ao redor do mundo e impuseram sua “superioridade” em relação aos outros povos por meios bélicos e violentos, os epistemicídios ocorreram a partir dos genocídios cometidos por esses homens ocidentais com o intuito de impor seu monopólio da produção de conhecimento, segundo projetos de dominação imperiais/coloniais/patriarcais. Dessa forma, segundo Grosfoguel (2016), quatro genocídios/epistemicídios foram cometidos a partir desse século:

- a) A conquista de Al-Andalus, na Espanha, com a perseguição e expulsão (genocídio físico) ou conversão forçada ao cristianismo (epistemicídio cultural) de muçulmanos e judeus. Contudo, não se questionava, até então, a humanidade desses povos: eram considerados apenas devotos de um “Deus equivocado” ou seguidores de uma “religião errada” (racismo religioso);
- b) A conquista do continente americano e asiático e o genocídio/epistemicídio dos povos originários. Tendo sido considerados seres possuidores de alma em

um julgamento religioso, e, portanto, segundo preceitos cristãos, impedidos de serem escravizados, os indígenas foram submetidos a uma catequização impositiva (conforme o discurso racista de “primitivos a serem civilizados”), além de outras formas de trabalho coercitivas;

- c) A escravização dos negros africanos, considerados “seres sem alma” como consequência do mesmo julgamento. Com a ascensão das ciências naturais nessa época, o discurso teológico racista foi substituído por um discurso biológico racista, que os considerava seres abaixo da biologia humana. Dessa forma, os negros foram usados como trabalho escravo ao longo dos séculos seguintes, instituindo-se o racismo de cor;
- d) O genocídio/epistemicídio contra mulheres, queimadas vivas sob alegação de serem bruxas, por praticarem e transmitirem, na Europa, conhecimentos xamânicos de tempos ancestrais, de origem indo-europeia. Por exercerem papéis de autoridade e liderança dentro de suas comunidades e territórios, eram consideradas um obstáculo à consolidação do patriarcado centrado na cristandade.

Consequentemente, esses homens, que de forma geral são originários de apenas cinco países dominantes do sistema capitalista global (França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e Itália), detiveram ao longo dos últimos séculos o privilégio epistêmico de definir o que é a verdade e o que é a realidade, impondo-o aos demais. Por conseguinte:

Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo (GROSFUGUEL, 2016, p. 25).

Dessa forma, o próprio conhecimento acadêmico produzido dentro das universidades ao redor do mundo encontra-se, muitas vezes, condicionado ou conformado a essa estrutura e modelo epistêmico de origem racista/sexista, que historicamente considerou como inferiores todas as epistemologias que não provinham do homem ocidental. Com vistas a isso, buscamos no presente trabalho traçar um panorama de como os epistemicídios vêm sendo estudado no âmbito das pesquisas acadêmicas em diversas

áreas do conhecimento e divulgados através de periódicos científicos, no sentido de problematizar e elaborar propostas para combatê-los dentro e fora das universidades.

Como metodologia, adotamos como fonte para esta pesquisa o Portal de Periódicos da Capes, onde utilizamos a palavra “epistemicídio” como termo de busca. Como filtros, concentramos a pesquisa entre os últimos cinco anos completos, de 2017 a 2021, também com o objetivo de observar como o artigo de Grosfoguel, publicado em 2016, viria a influenciar estudos posteriores sobre o tema. Nossa busca concentrou-se ainda em artigos produzidos por pesquisadores brasileiros em universidades também do País, publicados em língua portuguesa e em periódicos revisados por pares. Como resultado, obtivemos 60 artigos, dos quais eliminamos alguns que, contrariamente aos critérios de busca, foram publicados em outras línguas e em periódicos estrangeiros, além de outros cujos *links* para acesso estavam quebrados ou inacessíveis. Outros resultados em que o termo “epistemicídio” não pôde ser encontrado e/ou enfoque desvia-se da definição adotada por Grosfoguel (2016) também foram excluídos.

Restaram-nos, enfim, 20 resultados, os quais, agrupados pelos seus temas principais, foram classificados em quatro categorias:

- a) Epistemicídios relacionados a racismo contra negros (8 artigos);
- b) Epistemicídios relacionados a povos indígenas e originários (2 artigos);
- c) Epistemicídios relacionados a gênero (mulheres e LGBTQIA+) (4 artigos);
- d) Ações sociais e políticas públicas com vistas a enfrentar situações de racismo/sexismo e exclusão social (6 artigos).

Os três grupos sociais que foram os principais sujeitos de estudos nos artigos selecionados como *corpus* são três (do total de quatro) dos abordados por Grosfoguel (2016) como vítimas dos epistemicídios/genocídios cometidos contra sujeitos e povos não ocidentalizados (negros, indígenas e mulheres). Isso demonstra como as estruturas de dominação erigidas historicamente sobre o extermínio desses sujeitos, assim como o sufocamento epistemológico de suas formas de conhecimento, deixou reflexos duradouros nos povos dominados ao redor do mundo, no qual a sociedade brasileira se vê trágica e diariamente incluída.

Disto decorre, portanto, a relevância deste trabalho, ao mostrar a necessidade de pesquisas que problematizam os epistemicídios, que ainda hoje se abatem sobre partes significativas da população brasileira. O campo da Comunicação, por sua vez, também

pode se favorecer com estes conhecimentos, a fim de aguçar a percepção sobre os conteúdos e sentidos circulantes nas mídias que reforçam ou questionam os epistemicídios.

Veremos, nas seções a seguir, os resultados da pesquisa com os artigos selecionados nas categorias explicitadas anteriormente, assim como uma síntese da discussão feita nesses textos.

## 2 Pesquisas sobre epistemicídios no Brasil de 2017 a 2021

A partir de nossa busca pelo termo “epistemicídio” no Portal de Periódicos da Capes, selecionamos, conforme dito anteriormente, 20 artigos que perpassam este tema e suas ocorrências. Tendo o epistemicídio como pano de fundo, os artigos selecionados, com suas respectivas autorias, temas principais, periódicos, local e ano de publicação e área do conhecimento podem ser conferidos na Tabela 1 a seguir:

**Tabela 1** – Artigos selecionados sobre epistemicídios  
(por ordem de tema e ano de publicação)

<b>Tema</b>	<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autores(as)</b>	<b>Publicação</b>	<b>Local</b>	<b>Área</b>
Negros	2021	Estratégias de resistência de negras cotistas lésbicas e bissexuais	CORDEIRO, Ana Luisa Alves; AUAD, Daniela	Revista Estudos Feministas	UFSC	Sociologia
Negros	2021	Contra colonização de conceitos geográficos: pensando o território na perspectiva das comunidades tradicionais e dos terreiros de Candomblés	DIAS, Gleidson Sena	Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros	UFMA	Geografia
Negros	2021	Epistemologias negras e educação: relações étnico-raciais na formação do(a) pedagogo(a)	NUNES, Cicera; SANTANA, Jusciney Carvalho; FRANCO, Nanci Helena Rebouças	Roteiro	Unoesc	Educação

Negros	2021	O sujeito histórico negro para além do epistemicídio: contribuições da literatura decolonial na abordagem da Lei nº 10.639/03 nos livros didáticos	SOUZA, Luiz Gustavo Mendel; SANTOS, Flavia Pereira dos	Fronteiras: Revista Catarinense de História	UFFS	Educação
Negros	2020	Descolonização e resistência: a UNILAB e a formação de professores de História para o Brasil e a África	SOUZA, Robério Américo	Anos 90	UFRGS	História
Negros	2019	A tradução de mulheres negras no conjunto de suas ações políticas	MELO, Israel Victor	Revista Ártemis	UFPB	Linguística e Literatura
Negros	2019	Teologia negra: a fenomenologia do <i>damné</i> como caminho de humanização	CALDEIRA, Cleusa	Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião	PUC Minas	Ciências da Religião e Teologia
Negros	2018	Não me chame de mulata: uma reflexão sobre a tradução em literatura afrodescendente no Brasil no par de línguas espanhol-português	SILVA, Liliam Ramos da	Trabalhos em Linguística Aplicada	Unicamp	Linguística e Literatura
Indígenas	2019	Educação escolar indígena contra o epistemicídio	MORAIS, Jayson de Souza; PALMA, Rogerio da	Perspectivas Em Diálogo	UFMS	Educação

Indígenas	2018	Letramento acadêmico indígena e quilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica	PONSO, Letícia Cao	Trabalhos em Linguística Aplicada	Unicamp	Linguística e Literatura
Gênero	2021	Caminhos entrelaçados: feminismos e lesbianidades na pesquisa em educação	AUAD, Daniela	Revista Estudos Feministas	UFSC	Educação
Gênero	2021	Não somos (todas) garotas dinamarquesas: gênero, ciência e a produção de conhecimento em esquinas latinas	FAVERO, Sofia	Periferia	UERJ	Educação
Gênero	2021	Pensamento lésbico: uma ginga epistemológica contra-hegemônica	SILVA, Zuleide Paiva; ARAUJO, Rosângela Janja Costa	Revista Estudos Feministas	UFSC	Sociologia
Gênero	2020	E eu (ainda) não sou uma mulher? gênero, interseccionalidade e silêncio racial	CASTRO, Giovana de Carvalho	Revista Em Pauta	UERJ	Serviço Social
Ações sociais e políticas públicas	2021	O papel sanitário das rezadeiras brasileiras outrora e agora: ressignificações e continuidades	CÂMARA, Yls Rabelo; FIALHO, Lia Machado Fiuza	EccoS – Revista Científica	Uninove	Educação
Ações sociais e políticas públicas	2021	Entre crises e insurgências: a ecologia política em defesa da vida em comum	EMPINOTTI, Vanessa Lucena; IAMAMOTO, Sue A. S.; LAMAS, Isabella; MILANEZ, Felipe	Ambiente & Sociedade	São Paulo	Ciência Política

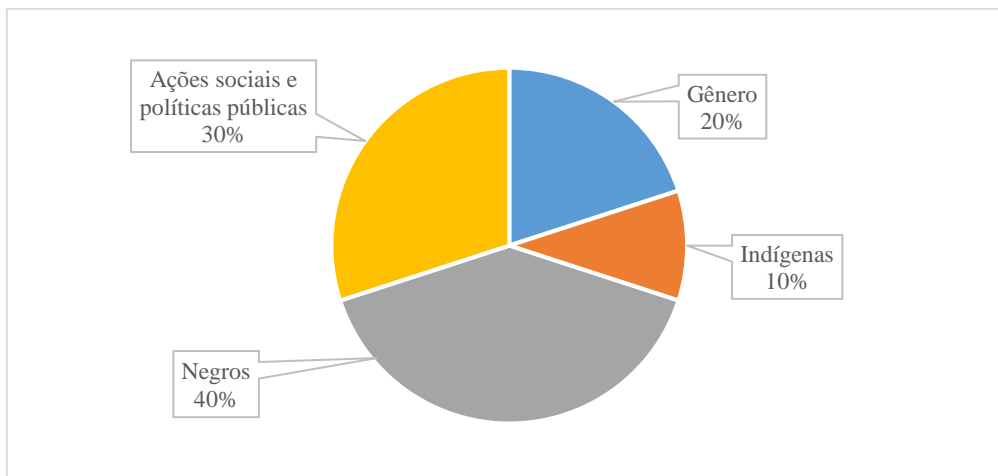
Ações sociais e políticas públicas	2021	Um SUS para a Amazônia: contribuições do pensamento de Boaventura de Sousa Santos	KADRI, Michele Rocha El; FREITAS, Carlos Machado de	Ciência & Saúde Coletiva	Rio de Janeiro	Saúde Coletiva
Ações sociais e políticas públicas	2020	Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017	LIMA, Renato Sérgio de; JANNUZZI, Paulo de Martino; MOURA JUNIOR, James F.; SEGUNDO, Damião S. de Almeida	Opinião Pública	Unicamp	Ciência Política
Ações sociais e políticas públicas	2020	Práticas decoloniais em educação a partir de uma educação centrada em estudantes	LOPES, Juliana Crespo; INSRAN, Fernanda Fochi Nogueira; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto	EccoS – Revista Científica	Uninove	Educação
Ações sociais e políticas públicas	2018	Direitos humanos para quem? Políticas públicas e representação da gestão espacial da pobreza urbana em O Globo	RESENDE, Viviane de Melo	Trabalhos em Linguística Aplicada	Unicamp	Linguística e Literatura

Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Os gráficos a seguir, produzidos com base na tabela anterior, ajudam a visualizar a quantidade de artigos que abordam cada tema, assim como a concentração deles nos anos pesquisados.

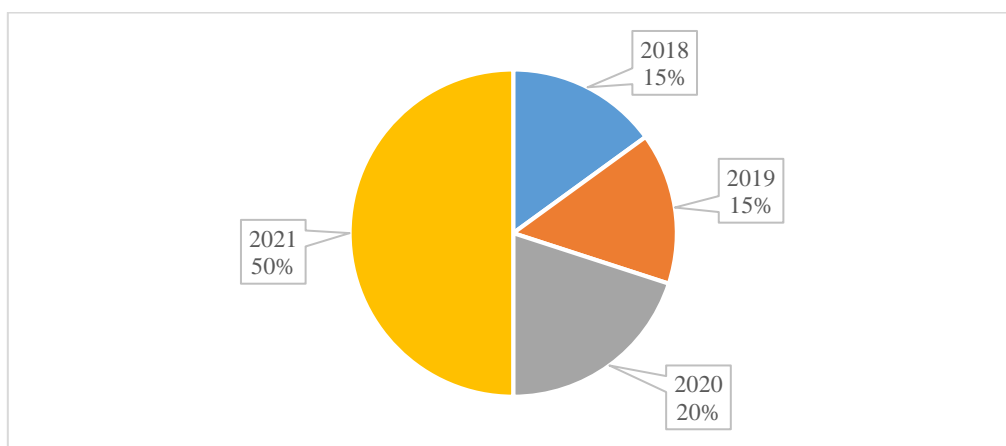


**Gráfico 1** – Porcentagem de artigos por tema



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

**Gráfico 2** – Porcentagem de artigos publicados por ano do período pesquisado (2017-2021)

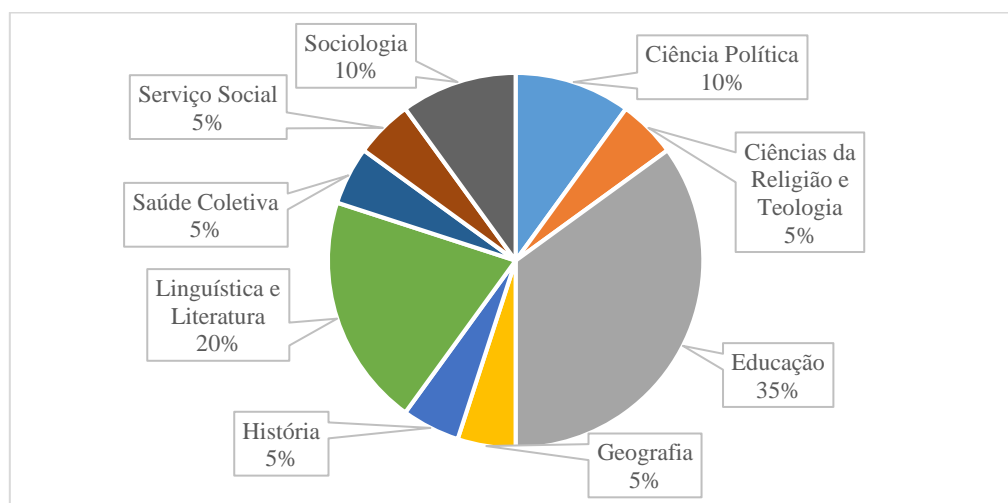


Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Pelo Gráfico 1, podemos constatar tendências nas pesquisas acadêmicas: 40% dos resultados (oito artigos) referem-se a epistemicídios contra negros e culturas de origem africana, assim como estudos em torno de ações sociais e políticas públicas que visam a combater situações de exclusão e segregação social e cultural de grupos diversos (seis artigos). Embora as pesquisas sobre epistemicídio indígena representem a minoria dos artigos selecionados (somente dois), podemos especular que essa proporção tende a aumentar nos próximos anos diante dos crescentes casos de violência contra esses grupos, já que, mesmo durante o primeiro ano da pandemia de covid-19 (2020), houve um aumento de 60% de assassinatos de indígenas, o maior em 25 anos (MARTINS, 2021).

O Gráfico 2 demonstra um aumento de artigos sobre epistemicídios em 2021 em relação aos anos anteriores, o que nos leva a crer ser um reflexo dos episódios de violência que invadem os noticiários cada vez mais. A título de exemplo, de acordo com o instituto Fogo Cruzado, houve um aumento de 50% de mortes em chacinas de 2020 para 2021, somente na região metropolitana do Rio de Janeiro. Também nessa mesma região e período, 17% a mais de pessoas baleadas, 21% a mais de mortos e 13% a mais de feridos (ALBUQUERQUE, 2022). Essas chacinas ocorrem frequentemente em áreas periféricas e favelas, onde muitos dos habitantes fazem parte dos grupos sociais historicamente vítimas dos genocídios/epistemicídios (segundo Velasco, Feitosa Jr. e Grandin (2022), 81,5% das vítimas de ações policiais cuja raça foi informada são negras, em dados de 2021), o que corrobora o maior número de artigos sobre este grupo étnico, reforça a necessidade de se estudar esse tema e propor soluções.

**Gráfico 3 – Porcentagem de artigos por área de conhecimento**



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Pelo Gráfico 3, podemos observar a distribuição dos artigos entre as áreas de conhecimento a que estão relacionados. A Educação se apresenta como a área com maior concentração (sete artigos), devido a esta ser de fato basilar para uma mudança de paradigma, em direção a um modelo de produção de conhecimento mais inclusivo para os grupos sociais não hegemônicos. Seguidas por Linguística e Literatura (quatro artigos), Ciência Política e Sociologia (dois artigos cada), notamos não só o interesse em discutir

as questões sociais decorrentes dos epistemicídios, mas também a produção de discursos e narrativas e a riqueza cultural que advém de grupos historicamente subalternizados.

Veremos a seguir de maneira mais extensa os resultados da pesquisa por artigos sobre epistemicídios, separados por categorias temáticas e com uma breve síntese das discussões feitas por eles.

## **2.1 Artigos sobre epistemicídios contra negros e culturas de origem africana**

Os números citados acima demonstram o epistemicídio em curso no tangente à produção de conhecimentos por negros ou que valorizem as culturas de origem africana, o que as pesquisas encontradas para este trabalho abordam em diversas áreas. Referentes à Educação, temos dois resultados. O primeiro, “Epistemologias negras e educação: relações étnico-raciais na formação do(a) pedagogo(a)” (NUNES; SANTANA; FRANCO, 2021), adota em especial a tese de doutorado em Educação de Aparecida S. Carneiro (2005) para tratar do epistemicídio. Seu objetivo é abordar a importância de espaços de produção de conhecimento antirracistas, a partir de uma pedagogia que constrói referenciais teórico-metodológicos em prol de epistemologias negras, necessárias à formação de profissionais de Educação.

O segundo, “O sujeito histórico negro para além do epistemicídio: contribuições da literatura decolonial na abordagem da Lei nº 10.639/03 nos livros didáticos” (SOUZA, L.; SANTOS, 2021), cujo referencial sobre epistemicídio é Boaventura de Souza Santos (1997; 2009), tem como objetivo identificar a representação do negro nos livros didáticos adotados pela rede municipal de ensino público de Campos dos Goytacazes (RJ). Questiona se tais representações apoiam-se na ótica da escravidão, o que as reduziria à ideia do negro apenas como mão-de-obra cativa e imagens caricatas.

Na área de Linguística e Literatura, também com dois artigos, selecionamos “Não me chame de mulata: uma reflexão sobre a tradução em literatura afrodescendente no Brasil no par de línguas espanhol-português” (SILVA, L., 2018), que também aborda o epistemicídio a partir de Boaventura de Souza Santos (2009); e “A tradução de mulheres negras no conjunto de suas ações políticas” (MELO, 2019), o qual também adota a tese de Aparecida S. Carneiro (2005) para tratar desse tema. Silva, L. (2018) discute o papel do tradutor que transcodifica textos dentro da perspectiva pós-colonial, buscando analisar a carga semântica das palavras escravo(a) e mulato(a) e sua ressignificação no contexto

da tradução ao português brasileiro. Em Melo (2019), apresenta-se um panorama da tradução, edição e publicação de textos de mulheres negras, em particular no Brasil, atentando para o fato de que a interlocução com textos produzidos em línguas estrangeiras é fundamental para se construir alianças políticas feministas.

As áreas de Ciências da Religião e Teologia, Geografia, História e Sociologia, tiveram, cada uma, um artigo selecionado: na primeira, tendo como referencial teórico sobre epistemicídio Gayatri C. Spivak (2003), o artigo “Teologia negra: a fenomenologia do *damné* como caminho de humanização” (CALDERA, 2019) busca avançar as pesquisas em defesa de uma teologia negra, ligada às religiões de matrizes africanas, cujos estudos, segundo a autora, ainda se encontram negligenciados nas grades de cursos de (pós)graduação.

A área de Geografia é contemplada com o artigo “Contra colonização de conceitos geográficos: pensando o território na perspectiva das comunidades tradicionais e dos terreiros de Candomblés” (DIAS, 2021), o qual aborda o epistemicídio segundo Eliseu A. M. Pessanha (2019). Com o objetivo de questionar a hegemonia eurocêntrica na produção de conhecimentos, em favor de epistemologias coerentes com as civilizações que compuseram historicamente a formação socioespacial brasileira, Dias (2021) discute o epistemicídio contra os povos africanos e formas de reverter o silenciamento das formas de pensar, entender e produzir ciência de acordo com a cosmovisão desses povos.

A área de História comparece com o artigo “Descolonização e resistência: a UNILAB e a formação de professores de História para o Brasil e a África” (SOUZA, R. A., 2020), tratando do epistemicídio a partir de João A. Nunes (2010). Os autores discutem os desafios e perspectivas para a formação de professores qualificados para atuar no Brasil e na África lusófona, o que perpassa a elaboração de um currículo com uma abordagem descolonizada da História a partir da recusa às narrativas eurocêntricas.

Por fim, temos na Sociologia “Estratégias de resistência de negras cotistas lésbicas e bissexuais” (CORDEIRO; AUAD, 2021), cujo referencial sobre o tema em questão também é Aparecida S. Carneiro (2005). As autoras analisam os fatores que interferem na permanência mulheres negras cotistas, lésbicas e bissexuais em uma universidade estadual do Centro-Oeste brasileiro, assim como suas estratégias para resistir aos preconceitos através de ações afirmativas e redes de apoio.

Passaremos a seguir para a categoria de epistemicídios contra povos indígenas.

## **2.2 Artigos sobre epistemicídios contra povos indígenas e originários**

No levantamento de pesquisas para este trabalho, encontramos somente dois (dentro de nossos critérios de seleção) que abordam diretamente o epistemicídio indígena, o que reforça a necessidade de maior visibilidade às pesquisas com objetivo de divulgar a epistemologia dos povos originários.

O artigo “Letramento acadêmico indígena e quilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica” (PONSO, 2018), da área de Linguística e Literatura, busca refletir sobre as práticas de letramento acadêmico de alunos dessas etnias dentro das universidades brasileiras, os quais encontram dificuldades de permanência nos cursos de graduação. Isso ocorre por conta de insuficiência de políticas educacionais e linguísticas que contemplem sua diversidade e os integre às exigências do ambiente acadêmico, frequentemente caracterizado por uma estrutura monocultural e pouco flexível, no sentido de absorver experiências fora dos padrões do sistema nacional de educação superior e lidar com letramentos periféricos e não-hegemônicos.

Em “Educação escolar indígena contra o epistemicídio” (MORAIS; PALMA, 2019), da área de Educação, os autores comparam a grade curricular de uma escola indígena e outra urbana no Mato Grosso do Sul, destacando a intensa luta dos povos originários brasileiros pelo reconhecimento e seu direito a viver segundo sua própria cosmovisão. Buscam, assim, afirmar suas diferenças em meio ao modelo capitalista, que legitima apenas o conhecimento que está enquadrado em suas estruturas. Como referencial para tratar do epistemicídio, o artigo adota Maria P. Meneses (2009).

Adiante, veremos a categoria de epistemicídios relacionados a gênero, onde reunimos mulheres e LGBTQIA+ – indivíduos diversos do cisgênero masculino, historicamente dominante na sociedade patriarcal ocidental.

## **2.3 Artigos sobre epistemicídios relacionados a gênero (mulheres e LGBTQIA+)**

Os artigos do *corpus* deste trabalho que tratam de epistemicídios relacionados a gênero abordam o pensamento e a produção de conhecimentos pelo olhar da feminilidade

homossexual e transgênero, ainda mais relegado à condição periférica do que a presença de mulheres em certos setores da sociedade.

Na área da Educação, o artigo “Caminhos entrelaçados: feminismos e lesbianidades na pesquisa em educação” (AUAD, 2021) busca fazer um levantamento de dissertações e teses, das quais a autora foi orientadora ou avaliadora nas bancas, e criar em seu texto um espaço dialógico de estudos sobre mulheres lésbicas e bissexuais e suas trajetórias na Educação. Para abordar a questão do epistemicídio, adota Françoise Vergès (2020).

Também na Educação, temos “Não somos (todas) garotas dinamarquesas: gênero, ciência e a produção de conhecimento em esquinas latinas” (FAVERO, 2021), em que a autora estuda como sujeitos trans e travestis têm se insurgido contra uma forma de ciência tutelar e excludente desses indivíduos, e buscam introduzir uma epistemologia baseada em suas próprias visões de mundo. Para discutir o epistemicídio, tem como referencial Grosfoguel (2016).

“Pensamento lésbico: uma ginga epistemológica contra-hegemônica” (SILVA; ARAUJO, 2021), da área de Sociologia, e “E eu (ainda) não sou uma mulher? Gênero, interseccionalidade e silêncio racial” (CASTRO, 2020), da área de Serviço Social, partem de uma pesquisa bibliográfica e historiográfica para mapear o desenvolvimento do pensamento em direção à maior projeção de estudos, no caso do primeiro, sobre a lesbianidade no Ocidente; e no segundo, sobre a necessidade da racialização das pesquisas sobre feminismo e ativismo das mulheres negras. Silva e Araujo (2021) abordam o epistemicídio a partir de Adrienne Rich (2010), enquanto Castro (2020) adota Carla Akotirene (2018; 2019).

Discutiremos, por fim, os artigos que tratam de ações sociais e políticas públicas criadas com o objetivo de jogar luz sobre o tema ou diminuir a exclusão, assim facilitando o acesso dos grupos minoritários aos ambientes acadêmicos. Como consequência, tais ações podem contribuir com o enfrentamento dos epistemicídios e garantir maior diversidade de vozes e visões de mundo na produção de conhecimento.

#### **2.4 Artigos sobre ações sociais e políticas públicas com vistas a enfrentar situações de racismo/sexismo e exclusão social**

Os seis artigos desta categoria, selecionados para o nosso *corpus*, referem-se às áreas de Ciência Política e Educação, com dois artigos cada; e também à Saúde Coletiva

e Linguística e Literatura, com um texto relacionado a cada uma. Esta é também a categoria que concentra a maior quantidade de artigos que têm como referência Grosfoguel para tratar do tema dos epistemicídios (quatro artigos).

Na primeira área, ambas as pesquisas adotam Grosfoguel (2016). “Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017” (LIMA *et al*, 2020) discute em que medida o medo da violência, explorado pela extrema direita no Brasil, reflete em aumento do apoio a posições autoritárias e rupturas democráticas. A partir de uma série de entrevistas, os pesquisadores identificaram uma forte adesão ao autoritarismo em todas as camadas sociais, em particular das historicamente mais marginalizadas. “Entre crises e insurgências: a ecologia política em defesa da vida em comum” (EMPINOTTI *et al*, 2021) aborda a ecologia política enquanto espaço para discussão sobre as agressões ambientais e apropriações violentas da natureza, cujo recrudescimento também se mostra atrelado ao crescimento do autoritarismo, do negacionismo e da desigualdade. Nesse cenário, a justiça ambiental apresenta-se como caminho para movimentos de emancipação e projetos de vida a partir do protagonismo das populações marginalizadas.

“Práticas decoloniais em educação a partir de uma educação centrada em estudantes” (LOPES; INSFRAN; PULINO, 2020), da área de Educação, também trata dos epistemicídios segundo Grosfoguel (2016). Defende a releitura, dentro do contexto latino-americano, de uma prática de ensino que valoriza a interação de pessoa a pessoa. Por ser uma abordagem centrada nos interesses genuínos dos alunos, esta se baseia, segundo os autores, em relações não opressivas, mais democráticas e respeitadoras dos saberes tradicionais das comunidades originárias dos estudantes, fornecendo alternativas à epistemologia hegemônica de origem europeia.

“O papel sanitário das rezadeiras brasileiras outrora e agora: ressignificações e continuidades” (CÂMARA; FIALHO, 2021) tem como referencial sobre os epistemicídios a dissertação de Edione R. Batista (2020). São apresentadas as rezadeiras, provedoras populares de cura física, mental, social e espiritual. Suas origens no Brasil remontam ao descobrimento, quando suas precursoras vieram da Europa trazendo seus conhecimentos e tradições, os quais foram gradualmente se mesclando aos dos indígenas e dos escravos africanos. Mesmo tendo sofrido perseguições, segundo as autoras, seu



papel foi transformado e ressignificado ao longo dos séculos, permanecendo relevante nos dias de hoje nas comunidades em que atuam.

Na área da Saúde Coletiva, “Um SUS para Amazônia: contribuições do pensamento de Boaventura de Sousa Santos” (KADRI; FREITAS, 2021) utiliza-se deste autor para discutir como o pensamento hegemônico mostra-se incompatível com as particularidades das populações amazônicas, marcadas por intensa interação com o meio natural, o que dificulta a implantação de políticas efetivas de saúde pública na região.

Por fim, em Linguística e Literatura, “Direitos humanos para quem? Políticas públicas e representação da gestão espacial da pobreza urbana em O Globo” (RESENDE, 2018), cuja referência também é Grosfoguel (2016), faz um levantamento das representações da situação de rua nos portais online de três jornais: Folha de S. Paulo, Correio Braziliense e O Globo, focando suas análises neste último. A pesquisadora observa que há uma normalização das situações de desigualdade, tanto nos textos verbais quanto visuais, publicados por esses jornais.

### **3 Considerações finais**

O principal achado deste trabalho é o de que os principais grupos sociais abordados nas pesquisas sobre epistemicídios, dentre as selecionadas para o nosso *corpus*, são negros (40%), mulheres e LGBTQIA+ (20%) e indígenas (10%). Isso corrobora a proposta de Grosfoguel (2016) de que se tratam dos grupos e etnias mais perseguidos e oprimidos através de genocídios/epistemicídios durante a expansão global europeia durante o século XVI, e que ainda são os que mais sofrem nos dias de hoje com violências físicas, simbólicas e epistemológicas. Isso se reflete na produção científica no período de 2017 a 2021 sobre o termo. Ainda que artigos sobre epistemicídios contra povos indígenas represente a minoria (apenas 10%), esse número provavelmente crescerá em futuros levantamentos sobre o tema, diante dos lamentáveis assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, no Amazonas, em junho de 2022, que viraram manchete no mundo todo.

Não menos importante, pudemos observar que o artigo de Grosfoguel (2016), o qual tomamos como base para nossa pesquisa e discussão, reverberou em diversas publicações durante os anos pesquisados (2017-2021): seis artigos (cerca de um terço do total de 20) têm este autor em sua bibliografia, sendo que cinco citam especificamente o



artigo de 2016. Boaventura de Souza Santos, criador do termo “epistemicídio” e fonte para o próprio Grosfoguel, aparece em segundo lugar, sendo referência para quatro artigos (um quinto do total).

Por outro lado, merece menção as limitações de nossa pesquisa: este não foi um levantamento quantitativo, pois o apoiamos apenas no Portal de Periódicos da Capes, o que exclui outras fontes cujos resultados, somados aos que encontramos, poderiam eventualmente produzir diferentes desenhos nesse panorama de estudos sobre epistemicídios.

Para finalizar, entre os estudos localizados na pesquisa para este trabalho, destacamos a presença de apenas um relacionado às áreas de Comunicação e Mídias, ainda que em uma publicação não diretamente ligada a elas (RESENDE, 2018). Isto pode sugerir a importância de se incluir autores que pensam a questão do epistemicídio, como Grosfoguel e Souza Santos, no contexto das pesquisas em Comunicação, sobretudo neste momento em que fazer valer o papel social dessas áreas no enfrentamento das exclusões é fundamental.

## Referências

ALBUQUERQUE, A. L. Mortes em chacinas crescem 50% em um ano na região metropolitana do Rio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/mortes-em-chacinas-crescem-50-em-um-ano-na-regiao-metropolitana-do-rio.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.

AUAD, D. Caminhos entrelaçados: feminismos e lesbianidades na pesquisa em Educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/82528>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CALDEIRA, C. Teologia negra: a fenomenologia do *damné* como caminho de humanização. **Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 17, n. 53, p. 991-1020, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/20502>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CÂMARA, Y. R.; FIALHO, L. M. F. O papel sanitário das rezadeiras brasileiras outrora e agora: ressignificações e continuidades. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 59, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/14185>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CASTRO, G. D. C. E eu (ainda) não sou uma mulher? Gênero, interseccionalidade e silêncio racial. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 47, p. 170-183, 2020.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/56086>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CORDEIRO, A. L. A.; AUAD, D. Estratégias de resistência de negras cotistas lésbicas e bissexuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 1-13, 2021.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/82622>. Acesso em: 05 jun. 2022.

DIAS, G. S. Contra colonização de conceitos geográficos: pensando o território na perspectiva das comunidades tradicionais e dos terreiros de Candomblés. **Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, São Luís, v. 4, n. 10, p. 50-62, 2021. Disponível em:

<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/17405>. Acesso em: 05 jun. 2022.

EMPINOTTI, V. L. *et al.* Entre crises e insurgências: a ecologia política em defesa da vida em comum. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 24, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/DKYzpsrZXrxwnDqGBWp8Q7Q/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2022.

FAVERO, S. Não somos (todas) garotas dinamarquesas: gênero, ciência e a produção de conhecimento em esquinas latinas. **Periferia**, Duque de Caxias, v. 13, n. 2, p. 185-206, 2021. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/47535>. Acesso em: 05 jun. 2022.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 05 jun. 2022.

KADRI, M. R. E.; FREITAS, C. M. D. Um SUS para a Amazônia: contribuições do pensamento de Boaventura de Sousa Santos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, sup. 2, p. 3459-3466, ago. 2021. Disponível em:

<https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/um-sus-para-amazonia-contribuicoes-do-pensamento-de-boaventura-de-sousa-santos/17453>. Acesso em: 05 jun. 2022.

LIMA, R. S. D. *et al.* Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017. **Opinião Pública**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 34-65, 2020. Disponível em:

[https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao\\_publica/artigo/644](https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/artigo/644). Acesso em: 05 jun. 2022.

LOPES, J. C.; INFRAN, F. F. N.; PULINO, L. H. C. Z. Práticas decoloniais em educação a partir de uma educação centrada em estudantes. **EccoS – Revista Científica**,

São Paulo, n. 54, p. 1-15, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/17029>. Acesso em: 05 jun. 2022.

MARTINS, T. Assassinatos de indígenas aumentaram mais de 60% na pandemia, aponta relatório. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 de outubro de 2021. Disponível em:

<https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/10/4959066-assassinatos-de-indigenas-aumentaram-mais-de-60-na-pandemia-aponta-relatorio.html>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MELO, I. V. A tradução de mulheres negras no conjunto de suas ações políticas.

**Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 144-157, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/44065>. Acesso em: 05 jun. 2022.

MORAIS, J. D. S.; PALMA, R. D. Educação escolar indígena contra o epistemicídio.

**Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, Naviraí, v. 6, n. 11, p. 16, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/7819>. Acesso em: 05 jun. 2022.

NUNES, C.; SANTANA, J. C.; FRANCO, N. H. R. Epistemologias negras e educação: relações étnico-raciais na formação do(a) pedagogo(a). **Roteiro**, Joaçaba, v. 46, p. 1-17, 2021. Disponível em:

<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/26314>. Acesso em: 05 jun. 2022.

PONSO, L. C. Letramento acadêmico indígena e quilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 57, n. 3, p. 1512-1533, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8653744>. Acesso em: 05 jun. 2022.

RESENDE, V. D. M. Direitos humanos para quem? Políticas públicas e representação da gestão espacial da pobreza urbana em O Globo. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 57, n. 2, p. 616-644, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651864>. Acesso em: 05 jun. 2022.

SILVA, L. R. D. Não me chame de mulata: uma reflexão sobre a tradução em literatura afrodescendente no Brasil no par de línguas espanhol-português. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 57, n. 1, p. 71-88, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651618>. Acesso em: 05 jun. 2022.

SILVA, Z. P.; ARAUJO, R. J. C. Pensamento lésbico: uma ginga epistemológica contra-hegemônica. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, 2021.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/82446>. Acesso em: 05 jun. 2022.

SOUZA, L. G. M.; SANTOS, F. P. O sujeito histórico negro para além do epistemicídio: contribuições da literatura decolonial na abordagem da Lei nº 10.639/03 nos livros didáticos. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Chapecó, n. 37, p. 61-79, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/11766>. Acesso em: 05 jun. 2022.

SOUZA, R. A. Descolonização e resistência: a UNILAB e a formação de professores de História para o Brasil e a África. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 27, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/86578>. Acesso em: 05 jun. 2022.

VELASCO, C.; FEITOSA JR., A.; GRANDIN, F. 11 estados não divulgam dados completos de raça de mortos pela polícia; números disponíveis mostram que mais de 80% das vítimas são negras. **G1**, [s. l.], 04 de maio de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2022/05/04/11-estados-nao-divulgam-dados-completos-de-raca-de-mortos-pela-policia-numeros-disponiveis-mostram-que-mais-de-80percent-das-vitimas-sao-negras.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.